

Sumário

DOUTRINA

Artigos

Os limites à remuneração do Vereador

Flavio C. de Toledo Jr.	9
1 Considerações iniciais.....	9
2 Princípio da anterioridade.....	11
3 Modo fixatório.....	12
4 Subsídio do Presidente da Câmara dos Vereadores.....	12
5 Reajustamento do subsídio.....	13
6 13º salário.....	15
7 Sessões extraordinárias.....	15
8 Verbas de Gabinete.....	16
9 Retenções sobre a remuneração do Vereador.....	18

Novas perspectivas sobre a inconstitucionalidade de leis municipais – O vício de origem e o Chefe do Executivo

Giovani da Silva Corralo	19
Introdução.....	19
1 O processo legislativo municipal.....	20
2 A sanção e o veto de emendas inconstitucionais.....	22
3 A não execução de emendas inconstitucionais e o controle de constitucionalidade.....	24
Conclusão.....	26
Referências.....	27

Relevância da Advocacia Pública nos Municípios brasileiros

Helita Barreira Custódio	29
1 Introdução.....	30
2 Preocupante lacuna nas normas do art. 132 da Constituição Federal.....	31
3 Oportuna elaboração e legítima apresentação da PEC nº 17 de 2012, que acrescenta às normas do citado art. 132 e, expressamente, regula a advocacia pública nos Municípios.....	34
4 Considerações conclusivas – Reiterado apelo.....	36

Fundamentos do direito econômico municipal

Horácio Augusto Mendes de Sousa	39
1 Introdução, delimitação, justificativa e relevância da temática em exame.....	39
2 Premissas para a compreensão do direito econômico municipal.....	41
3 Conceito e objeto do direito econômico municipal.....	43
3.1 O direito econômico municipal como ramo especial da ciência jurídica.....	43
3.2 O direito econômico municipal como disciplina jurídica das atividades econômicas locais.....	45
3.3 O direito econômico municipal como disciplina jurídica dos limites e possibilidades da intervenção do Município e atuação dos particulares na economia local.....	46

3.4	O direito econômico municipal como instrumento de efetivação dos objetivos gerais consagrados na Constituição da República de 1988 sob a ótica municipal.....	47
3.5	O Município como promotor da participação socioeconômica local.....	49
3.6	O Município como promotor do desenvolvimento socioeconômico local	52
4	O Município como entidade política dotada de autonomia constitucional decorrente do modelo de federalismo brasileiro	57
5	O federalismo econômico brasileiro, cooperativo e assimétrico, e a posição constitucional dos Municípios	59
6	Proposições conclusivas	69
	Referências.....	71

Imóvel localizado em zona urbana com produção rural – Incidência de IPTU ou ITR?

Jamile Gonçalves Calissi	75
---------------------------------------	-----------

Competências na região metropolitana – Água e esgoto

Maurício Zockun		81
1	Considerações gerais.....	81
2	Natureza jurídica das regiões metropolitanas.....	82
3	Considerações sobre o serviço de água e esgoto.....	86
4	Titularidade da prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	89
4.1	Titularidade do Estado.....	92
4.2	Titularidade por parte de todos os entes federados.....	92
4.3	Titularidade da Região Metropolitana.....	94
4.4	Titularidade dos municípios.....	95
5	Análise da prestação de serviços de água e esgoto em São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul.....	99
6	Funções de interesse comum das Regiões Metropolitanas no que tange à prestação de água e esgoto.....	
7	Conclusões.....	103
	Referências.....	104

Os municípios, o meio ambiente e a Lei Complementar nº 140/2011

Talden Farias	107
----------------------------	------------

Pareceres

Armadores estrangeiros que se reembolsam das despesas com operadores portuários de embarcadores e consignatários (THC e outras) – ISS é pago pelos operadores – Ilegalidade da legislação do Município de Manaus que pretende cobrar ISS no reembolso de tais despesas com as operações já incididas pelo referido tributo

Ives Gandra da Silva Martins.....	113
--	------------

Gratificação criada em autarquia municipal através de resolução interna – Pretensão de incorporação dessa gratificação através da instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) – Análise da constitucionalidade

Rafael de Almeida Ribeiro.....	141
---------------------------------------	------------

Consulta – Conselheiro tutelar – Substituição por suplente em suas ausências –
Forma de contabilização do pagamento – Possibilidade de o Conselho Tutelar
funcionar com apenas quatro membros – Pagamento das vantagens do conselheiro
titular ao suplente quando em substituição – Ausência de parecer jurídico –
Alta relevância da consulta – Conhecimento
Vinicius Nascimento Santos..... 157

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA
Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal
Repercussão geral – Reeleição – Prefeito – Interpretação do artigo 14, §5º, da Constituição Federal
– Mudança da jurisprudência em matéria eleitoral – Segurança jurídica – Anterioridade eleitoral –
Necessidade de ajuste dos efeitos da decisão. Recurso Extraordinário nº 637.485/RJ 169

Superior Tribunal de Justiça
Improbidade administrativa – Prefeito municipal – Artigo 11 da Lei nº 8.429/1992 – Convênio com
o Estado – Edição de lei local – Criação de cargo em comissão – Agente de trânsito – Nomeação
sem concurso público – Dolo ou má-fé descaracterizados – Ato de improbidade não verificado
Recurso Especial nº 1.077.831/MG 215

Superior Tribunal de Justiça
Ação civil pública – Improbidade administrativa – Indisponibilidade de bens – Art. 7º, parágrafo único,
da Lei nº 8.429/1992 – *Fumus boni iuris* presente – *Periculum in mora* presumido –
Medida cautelar concedida. Recurso Especial nº 1.314.092/PA 223

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Contrato administrativo – Suspensão do aumento tarifário do transporte de circulação coletivo
urbano no Município de Porto Alegre – Fato superveniente – Redução a zero as alíquotas das
contribuições para o PIS e COFINS – Suspensão do aumento tarifário do transporte de circulação
coletivo urbano aprovado em 2013 – Manutenção. Agravo de Instrumento nº 70054206107 233

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Coletividade atual e futura de pessoas com deficiência em determinado município – Transporte
público coletivo – Garantia constitucional e legal de acessibilidade e plena adequação dos
veículos – Adaptação já existente, de ônibus convencionais com elevadores para cadeiras de
rodas – Necessidade de um serviço específico. Apelação Cível nº 0022777-34.2010.8.26.0032 251

Ementário 257

Tendências Jurisprudenciais..... 269

ÍNDICE 273

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 277